

# Empresas esperam

omia

Brasil

O ESTADO DE S. PAULO — 33

## decisões do dia 11

### A indefinição na economia deixa empresários em compasso de espera

Não tomar dinheiro emprestado, manter os estoques de insumos e matérias-primas em seu nível mínimo e adiar qualquer decisão sobre planos de expansão e projetos de investimentos pelo menos até o dia 11, quando se reúne o comitê técnico do pacto social e se espera sejam tomadas medidas de combate à inflação e retomada de crescimento. É essa a estratégia que muitas empresas comerciais e industriais adotaram neste início do ano marcado pela indefinição nos rumos da economia, segundo informou ontem em São Paulo o diretor do Centro das Indústrias do Estado, Roberto Nicolau Jeha, e o presidente da Federação do Comércio Abram Szajman.

"Estão todos em compasso de espera, apenas girando o dinheiro no mercado financeiro, pois com uma inflação de quase 1% ao dia fica impossível planejar", confirma Pedro Maranhão, presidente do Conselho Regional dos Economistas de São Paulo, refletindo opinião

colhida junto aos empresários. A cautela é comum até mesmo às empresas voltadas às exportações ou integrantes de carteéis como aço e alumínio, cujo desempenho foi excelente o ano passado.

O setor comercial, conforme Abraham Szajman, está pressionado porque "trabalha com a inflação passada e compra na futura" e mantém estoques muito baixos de mercadorias porque não consegue suportar os custos financeiros, formados por juros reais de até 40% ao ano mais correção monetária de 30%, ao mês. Amarga, ainda, uma redução média no faturamento bruto de 2,5% a 3% em relação a 87 e vê com preocupação as notícias de que o governo pode levar à reunião do pacto, dia 11, uma proposta de prefixação de preços e salários que extingue a URP. "Já tivemos no passado e nos criou problemas", adverte Szajman, convicto de que os salários não podem perder poder aquisitivo.

#### AMPLIAR A DISCUSSÃO

São esses motivos que levam o economista Pedro Maranhão a acreditar que a reunião do dia 11 é decisiva para saber que rumos o País vai tomar, já imaginando que o governo vai tentar segurar a inflação em ní-

vel tolerável até a eleição presidencial de 15 de novembro. "Ele podia pelo menos não fazer mal, não ousar medidas arriscadas de combate à inflação que possam levar à recessão", completa Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo.

Macedo vê tudo muito confuso, um governo acuado e desacreditado e nada espera do pacto, que considera morto. "Acho que só vão enrolar", prevê. Roberto Nicolau Jeha, que integra um setor em dificuldades, o de papel e papelão, defende, ao contrário, a ampliação do pacto com a entrada em cena de novos participantes e discussão de medidas econômicas mais profundas. Alinha entre elas a desindexação, com ajuste prévio de preços e salários, a realização de reformas administrativa e tributária, a prefixação da inflação, à qual estariam atrelados câmbio e OTN, e a renegociação da dívida externa.

Pensa de forma idêntica o presidente da Federação do Comércio, que quer as dívidas interna de Czs 5 trilhões e externa de US\$ 130 bilhões como foco principais de discussão na mesa do pacto social simultaneamente ao aprofundamento da análise do papel do Estado.